



ACÓRDÃO Nº 462/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11398/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Ipixuna.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.
- 6- **Responsável:** Sr. Fábio Martins Saraiva, pelo período de 01/01/2015 a 03/04/2015, e do Sr. Raimundo de Souza Gomes, pelo período de 04/04/2015 a 31/12/2015.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3005/2017 –DIMP– MPC – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal de Ipixuna. Exercício de 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multas. Prazo. Recomendações. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Ipixuna, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Fábio Martins Saraiva**, pelo período de 01/01/2015 a 03/04/2015, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Ipixuna, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Raimundo de Souza Gomes**, pelo período de 04/04/2015 a 31/12/2015, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.3- **Aplicar Multa** ao **Sr. Fábio Martins Saraiva** no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;
- 10.4- **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo de Souza Gomes** no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;
- 10.5- **Conceder Prazo de 30 dias** aos **Srs. Fábio Martins Saraiva e**



ACÓRDÃO Nº 462/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Raimundo de Souza Gomes para o recolhimento das multas com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.6- Recomendar à Câmara Municipal de Ipixuna:

- a) Promover as devidas atualizações na área de pessoal (ausências de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores; fichas funcionais desatualizadas; pastas funcionais sem fichas financeira; ausência de informação via SAP - Sistema de Atos de Pessoal);
- b) Corrigir a elaboração de processos administrativos, licitatórios e termos de contratos sem numeração cronológica;
- c) Atentar para a ausência nos processos licitatórios e nas cláusulas contratuais, da indicação de onde seriam prestados os serviços e/ou distribuídos os materiais, conforme determina a Lei nº. 8.666/93;
- d) Respeitar a presença de um representante da Administração para o acompanhamento de execução de todos os contratos e seus aditivos;
- e) Providenciar a abertura de sindicância interna para que a Câmara Municipal de Ipixuna identifique os responsáveis e tente rever os seguintes valores — “Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo no total de R\$ 808.469,06 e créditos a receber salário Família no total de R\$ 21.520,21”;
- f) Armazenar os documentos técnicos de obras, reformas e serviços de engenharia nos arquivos da CMI para quando da presença da Comissão de Inspeção da DICOP/TCE se possa analisá-los in loco evitando a necessidade de solicitação por notificação;
- g) Observar os ditames da Lei 8.666/93, em especial quanto ao cumprimento do art. 6º, IX, e quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de engenharia;

10.7- Dar ciência aos **Srs. Fábio Martins Saraiva e Raimundo de Souza Gomes** da decisão;

10.8- Arquivar o presente processo nos termos regimentais.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral